



O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - Item 4.

Medida Provisória nº 255, de 2005

(Do Poder Executivo)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 255, de 2005, que prorroga o prazo para opção pelo regime de Imposto de Renda Retido na Fonte de Pessoa Física dos participantes de planos de benefícios e dá outras providências. Pendente de parecer da Comissão Mista.



O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - A Presidência, de ofício, prorroga a sessão por 1 hora.



O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - Concedo a palavra, para oferecer parecer à medida provisória, pela Comissão Mista, ao Deputado Dr. Benedito Dias.

O SR. DR. BENEDITO DIAS (PP-AP. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, vou proferir o relatório.

Trata-se da Medida Provisória n.º 255, de 1º de julho de 2005, a qual prorroga o prazo para opção pelo regime de Imposto de Renda Retido na Fonte de Pessoa Física dos participantes de planos de benefícios e dá outras providências.

Em resumo, a medida provisória trata das seguintes matérias:

a) ampliação do prazo para opção da tributação dos rendimentos obtidos pelos participantes e assistidos de planos de benefícios de caráter previdenciário estruturados nas modalidades de contribuição definida ou variável, pelos segurados ou assistidos de seguros de vida com cláusula de cobertura por sobrevivência e pelos quotistas de Fundos de Aposentadoria Programada Individual — FAPI, pela tributação na forma da tabela regressiva prevista na Lei nº 11.053, de 29 de dezembro de 2004 (art. 1º);

b) dispensa da retenção na fonte e do pagamento em separado do imposto de renda sobre os rendimentos e ganhos auferidos na aplicação de recursos dos fundos administrativos constituídos pelas entidades de previdência complementar e na aplicação de recursos das provisões, reservas técnicas e fundos dos planos assistenciais de saúde mantidos por entidades fechadas de previdência complementar (art. 1º);

c) redução a zero da alíquota da CPMF nos lançamentos relativos à transferência de reservas técnicas, fundos e provisões de plano de benefícios de caráter previdenciário entre entidades de previdência complementar ou sociedades



seguradoras, inclusive em caso de reorganização societária, desde que não haja qualquer disponibilidade de recurso para o participante, nem mudança na titularidade do plano, e a transferência seja feita diretamente entre os planos (art. 2º).

Foram apresentadas oito emendas à medida provisória. Em resumo, tratam do seguinte:

a) as Emendas nº 1 e nº 2 propõem ampliação ainda maior do prazo de opção pela tributação na forma da tabela regressiva prevista na Lei nº 11.053, de 29 de dezembro de 2004;

b) a Emenda nº 3 dá aos participantes que efetuaram suas opções antes da regulamentação da Lei nº 11.053, de 29 de dezembro de 2004, até o dia 1º de janeiro de 2006 para que ratifiquem, ou não, suas opções;

c) a Emenda nº 4 amplia o prazo de opção pela tributação na forma da tabela regressiva prevista na Lei nº 11.053, de 29 de dezembro de 2004, para 31 de dezembro de 2006, caso o interessado tenha ingressado nos planos, seguros e fundos respectivos até 31 de dezembro de 2004;

d) a Emenda nº 5 propõe a possibilidade de dedução do imposto de renda das pessoas físicas do valor das contribuições realizadas em favor de instituições de ensino fundamental, médio ou superior, mantidas pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, medida essa que é apresentada sob inspiração do modelo previsto na legislação dos Estados Unidos;

e) a Emenda nº 6 prevê que o sujeito passivo que tenha optado pela anistia fiscal e a adesão ao regime especial da tributação da Medida Provisória nº 2.222, de 04 de dezembro de 2001, tem assegurado esses benefícios mesmo que não tenha



desistido de eventuais ações coletivas propostas por entidades de classe de que faça parte, desde que comprove ter desistido de eventuais ações individuais correlatas;

f) a Emenda nº 7 propõe que os benefícios complementares de auxílio-doença ou aposentadoria por invalidez, concedidos por planos de benefícios de caráter previdenciário, estruturados nas modalidades de contribuição definida ou variável, ficam sujeitos à alíquota de 10% do imposto de renda na fonte independentemente do prazo de acumulação, quando não for aplicável isenção específica;

g) a Emenda nº 8 prevê que o sujeito passivo que tenha optado pela anistia fiscal e a adesão ao regime especial de tributação da Medida Provisória nº 2.222, de 4 de dezembro de 2001, tem assegurado esses benefícios mesmo que não tenha efetuado o recolhimento integral do imposto de renda devido, nos termos a serem definidos em regulamento.

Observamos que as últimas três emendas foram objeto de análise e discussão quando da tramitação da Medida Provisória nº 233, de 30 de dezembro de 2004.

É o relatório.

Voto do Relator.

Cumpra a este Relator manifestar-se, preliminarmente, sobre a constitucionalidade, técnica legislativa, compatibilidade e adequação financeira e orçamentária e, superados esses aspectos, apreciar o mérito da Medida Provisória nº 255, de 2005, e das emendas a ela apresentadas.

Da constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.



A medida provisória é inquestionavelmente relevante, na medida em que o Governo brasileiro pretende corrigir distorções existentes e omissões verificadas quando da edição da Lei nº 11.053, de 29 de dezembro de 2004, relativa à tributação de plano de previdência complementar, seguros de vida com cláusula de cobertura por sobrevivência e Fundos de Aposentadoria Programada Individual — FAPI.

Quanto à urgência, ela se verifica ao caso concreto, visto que a medida provisória insere-se num contexto de indução de investimentos de longo prazo, bem como pelo fato de que muitos contribuintes já se encontram sujeitos às regras de tributação introduzidas pela Lei nº 11.053, de 29 de dezembro de 2004, sendo que, em função da demora em sua regulamentação, podem não ter realizado a escolha mais adequada ao seu perfil.

A esse respeito, ressalte-se que a regulamentação da Lei nº 11.053, de 29 de dezembro de 2004, somente se deu em 23 de março de 2005, com a publicação da Instrução Normativa Conjunta nº 524, de 11 de março de 2005, da Secretaria da Receita Federal, da Secretaria de Previdência Complementar e da Superintendência de Seguros Privados.

Em termos substanciais, não se vislumbram vícios de inconstitucionalidade nas matérias tratadas na medida provisória. O ordenamento jurídico foi respeitado, não se verificando máculas aos princípios da legalidade, da anterioridade, do não-confisco, da isonomia e demais princípios constitucionais normalmente aplicáveis à questão tributária.

Em relação à técnica legislativa, também não são encontrados óbices ao dispositivo da medida provisória. Os aspectos formais do texto analisado estão em



consonância com os preceitos da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

Da compatibilidade e adequação orçamentária e financeira.

A medida provisória é adequada orçamentária e financeiramente, pois, mesmo que se faça uso de análise meramente estática — sem levar em conta os benefícios da desoneração tributária do mercado financeiro sobre a economia —, a eventual perda de arrecadação dependerá do prazo de resgate dos investimentos dos planos de previdência, seguros ou fundos mencionados.

Assim, o resultado líquido dependerá do comportamento do investidor. Caso o mesmo opte por alongar suas aplicações, a perda de receita tributária será compensada pelo ganho fiscal decorrente do alongamento da dívida pública da União.

Além disso, a renúncia da receita ocasionada pelo disposto nos arts. 1º e 2º da medida provisória será compensada pelo giro da economia que as referidas modificações legislativas possibilitam, decorrentes da maior captação de recursos pelas entidades de previdência complementar.

Em relação às medidas apresentadas, apresentam renúncia de receita sem estimativa desse impacto, ou o modo pelo qual será compensada a mencionada renúncia, o que acarretará a sua adequação orçamentária e financeira, a Emenda de nº 5.

Do mérito.

A Medida Provisória nº 255/2004 vem ajudar na criação de investimentos de longo prazo no País, proporcionando um crescimento sustentado, na medida em que



corrige omissões verificadas quando da edição da Lei nº 11.053, de 29 de dezembro de 2004.

Quanto às medidas apresentadas, as de nº 1 e de nº 2 devem ser rejeitadas, na medida em que possibilitariam planejamentos tributários e, conseqüentemente, redução da receita tributária da União, pois existem no mercado possibilidades de aplicação em planos de previdência complementar, seguros de vida com cláusulas de cobertura por sobrevivência e fundos de aposentadoria programada individual com prazo de resgate igual a sessenta dias e, portanto, menor que os prazos previstos pelas referidas Emendas.

A Emenda nº 3 merece ser acolhida, na medida em que reabre o prazo de opção para aqueles participantes que as exerceram antes da regulamentação da Lei nº 11.053, de 29 de dezembro de 2004. Entretanto, para guardar coerência com o texto da Medida Provisória original, entendemos que o prazo para opção deve ser o último dia útil de dezembro de 2005. Assim, acolhemos essa Emenda na forma do § 7º do art. 1º do Projeto de Lei de Conversão.

A Emenda nº 4 deve ser rejeitada, na medida em que o prazo concedido pelos texto original da medida provisória, qual seja, o último dia útil de dezembro de 2005, é suficiente para que os contribuintes possam avaliar adequadamente o regime tributário a que estarão submetidos.

As Emendas nºs 6 e 8 foram objeto de análise e discussão quando da tramitação da Medida Provisória nº 233, de 30 de dezembro de 2004, e, por essa razão, estamos acolhendo ambas as emendas na forma do Projeto de Lei de Conversão em anexo (arts. 3º e 4º).



A Emenda nº 7 também merece ser acolhida, uma vez que se trata de dar um tratamento mais coerente aos casos de morte por invalidez. Mas realizamos uma modificação do texto do projeto de lei de conversão em anexo de modo a minimizar o impacto que teria na arrecadação (art. 5º).

Por fim, estamos incluindo os arts. 6º a 16 como forma de solucionar um problema que vem se agravando cada vez mais na exploração da atividade de bovinocultura, qual seja, o da contribuição para o INSS, uma vez que da forma como está previsto hoje o modelo de tributação, praticamente nada é arrecadado, sobretudo em função do grande número de ações judiciais proposta nesse ramo de atividade.

Conclusão.

Pelos motivos acima expostos, votamos:

- a) pelo atendimento aos pressupostos constitucionais e relevância e urgência; pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa; bem como pela adequação financeira e orçamentária a Medida Provisória nº 255, de 2004;
- b) pela inadequação financeira e orçamentária da Emenda nº 5; e
- c) no mérito, pela aprovação da Medida Provisória nº 255, de 2004, bem como pela aprovação das Emendas nºs 3, 6,7 e 8 na forma do Projeto de Lei de Conversão anexo, e pela rejeição das demais Emendas.

Sala de Comissões.

Deputado Dr. Benedito Dias.

É o relatório.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - Meus cumprimentos ao Relator.

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO A QUE SE REFERE O ORADOR



(INSERIR DOCUMENTO DETAQ DE PÁGINAS 292 A 292-H)



O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - Sobre a mesa requerimento no seguinte teor:

“Requeremos, nos termos regimentais, o adiamento da discussão da Medida Provisória nº 255, de 2003, constante da pauta da presente sessão, por uma sessão”.

Subscrevem-no o PL, o PDT e o PT.



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ
Número Sessão: 254.3.52.O
Data: 20/9/2005

REDAÇÃO FINAL
Tipo: Ordinária - CD
Montagem: 4176

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - Em votação o requerimento.



O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

APROVADO.